



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012094-43.2014.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **ELTOM DE SOUZA FREIRE**  
Requerido: **Banco Itauleasing S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado com o réu um contrato de arrendamento mercantil para a compra de um automóvel.

Alegou ainda que como quitou o contrato encaminhou ao réu o CRV original do veículo para viabilizar sua posterior transferência para o seu nome, mas nada lhe foi devolvido.

A celebração do contrato entre as partes é incontroversa, a exemplo do cumprimento das obrigações assumidas pelo autor.

A divergência estabeleceu-se quanto ao envio por parte do autor ao réu do documento original do veículo (CRV), pois o réu refutou que tal tivesse ocorrido.

O autor, porém, fez prova suficiente disso.

Com efeito, demonstrou-se satisfatoriamente a fls. 42/43 que ele encaminhou ao réu o aludido documento, não lhe sendo exigível diante do contexto apresentado que amealhasse outros tipos de prova, como de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Aliás, seria simples ao réu comprovar que não recebeu o documento em apreço, bastando para tanto que coligisse a correspondência e/ou documento cristalizados no AR de fls. 42/43, mas ao não fazê-lo fica reforçada a convicção de que a missiva tinha ligação com os fatos noticiados.

Esse panorama, aliado à ausência de outros elementos que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, configurada a obrigação de fazer por parte do réu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a entregar ao autor no prazo máximo de dez dias o documento (CRV) do veículo tratado nos autos devidamente preenchido em nome do mesmo para que possa providenciar sua transferência, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**